

FONTE : JB

CLASS. : 1236

DATA : 01 11 90

PG. : 10 / cartas

Reserva indígena

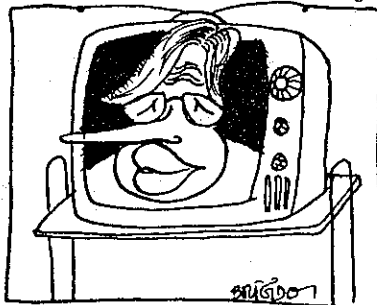
Dias atrás, deparei-me com a propaganda do governo Moreira Franco na TV, em que afirmava, entre outras façanhas, ter demarcado e garantido as terras dos índios guarani, em Sertão do Bracuí, município de Angra dos Reis.

(...) Sou indigenista, dedicado à causa indígena no Brasil há 22 anos. Em 1981 idealizei um trabalho com os guarani do Bracuí, apresentado em projeto e conduzido pelo Comitê de Apoio e Defesa dos Indígenas do Rio de Janeiro-Cadirj, entidade civil fundada por mim e alguns companheiros solidários à causa indígena. Nossas atividades abarcaram os setores de saúde, agricultura e a garantia das terras habitadas pelos guarani. Na ocasião, a Funai sequer sabia da existência desses índios. Diversos encaminhamentos do Cadirj àquele órgão, e várias idas a Brasília na companhia dos líderes Karai Tataendê e seu filho Aparício R'Okadju resultaram na identificação da área e sua delimitação pela Funai em 700 hectares.

Em novembro de 83 fomos recebidos no Palácio Guanabara pelo então vice-governador Darcy Ribeiro e o secretário de Justiça e Interior Vivaldo Barbosa. Estabeleceu-se o primeiro de uma série de contatos com o governo estadual que depois culminou em um decreto assinado em novembro/86 pelo governador Leonel Brizola, declarando de utilidade pública, para fins de desapropriação, a área de 700 ha. delimitada pela Funai, indispensável à sobrevivência física e cultural dos guarani. Muitas outras iniciativas se suce-

deram, a exemplo de atividades culturais divulgando a causa, um abaixo assinado pela demarcação das terras, a moção de apoio endossada pela maioria dos parlamentares do estado e publicada em Diário Oficial. Não faltaram também os acontecimentos desagradáveis, marcados pelas tentativas dos grileiros em expulsar os índios

Brigido



da região, quando chegaram a derrubar com trator a casa de uma família guarani. Com frequência fomos ameaçados de morte. Nesse período de tensões, o cacique Karai Tataendê morre atropelado na estrada Rio-Santos, nas imediações da reserva que sempre sonhou ver um dia demarcada. Seu filho mais velho, Aparício R'Okadju assume a liderança, dando continuidade à luta pela demarcação das terras.

Em abril/87 retomam-se os contatos entre a Funai e o governo do estado agora sob a gestão do governador Moreira Franco. Em maio/88 é assinado um convênio entre a Funai e o governo estadual, pelo qual se definem responsabilidades entre ambas as partes, no tocante a regularização fundiária da reserva Bracuí. Ficou estabelecido que Funai repassaria os recursos financeiros ao estado, possibilitando as providências de indenizações dos títulos de propriedade incidentes na área da reserva. Quanto ao estado, além de proceder a desapropriação das terras, ainda se incumbiria de realizar a demarcação da área. Prontamente os recursos foram repassados pela Funai — à época, o montante de Cr\$ 29.401.333.64 — mas, após muita burocracia e demoras, o governo do estado se declara juridicamente incapaz de continuar movendo a ação desapropriatória das terras, remetendo o processo para a 17ª Vara Federal. As razões apresentadas pelo procurador do estado, Dr. José Alberto Keds, consubstanciadas na decisão do juiz da comarca de Angra dos Reis, Dr. Nicolau Cassiano, ao nosso ver deixam dúvidas que foram amplamente abordadas pelo Cadirj, através de um minucioso dossiê que encaminhamos em junho/89 à procuradoria geral da República e à Fundação Nacional do Índio.

Até hoje a demarcação não foi concluída, e os índios continuam à mercê de ameaças, segundo informações, pela empresa Mercantil Internacional, interessada em criar cavalos de raça na região, utilizando as águas do córrego Imbu, que abastece a aldeia. (...)

Pela situação dos guarani do estado do Rio de Janeiro — centro cultural do país — podemos deduzir e imaginar o que acontece com os demais povos indígenas e o meio ambiente por esse Brasil afora. (...) (Tsiipré) Luiz Filipe de Figueiredo — Rio de Janeiro.